 Campus Rio Paranaíba	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA DIRETORIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ROD. MG 230, KM 08, CAIXA POSTAL 22, CEP: 38810-000 – RIO PARANAÍBA – MG Fone: (34) 3855-9342 – E-mail: sticrp@ufv.br
---	--

TERMO DE REFERÊNCIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA CAMPUS RIO PARANAÍBA
PREGÃO Nº 06/2021
Processo Administrativo n.º 23114.901186

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de interconexão de redes de dados do tipo Clear Channel ou Lan2Lan entre as unidades administrativas BBT e CRP-I da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba.

Serviço	Descrição dos Serviços
Contrato de Dados	Disponibilidade de link de dados do tipo Clear Channel ou Lan2Lan com capacidade de 30mbps full, interligando as unidades BBT e CRP-I da UFV-CRP.
Instalação	Instalação dos equipamentos necessários para disponibilidade do contrato de dados.

1.2. A contratação é de caráter continuado e se dará por 12 meses, prorrogável até 60 meses conforme legislação vigente.

1.3. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 27.800,00 (Vinte e Sete Mil e Oitocentos reais);

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Diante da atual realidade da UFV – Campus Rio Paranaíba, no que se diz respeito ao seu desenvolvimento, crescimento e expansão de sua infraestrutura com novas câmeras de monitoramento por vídeo e aumento de usuários nas rede sem fio e cabeada e telefonia IP na unidade CRP-I, pleiteamos a implantação do serviço de interconexão de

dados entre as unidades BBT e CRP-I da Universidade Federal de Viçosa – *Campus* Rio Paranaíba, de modo que a unidade CRP-I receba conexão com a rede de internet e a rede de telefonia provenientes da unidade BBT.

Esta interconexão também é importante para que o gerenciamento da rede de dados da unidade CRP-I e a segurança cibernética da mesma estejam sob a mesma estrutura lógica de monitoramento e proteção presente na unidade BBT.

O contrato 69/2016 – Processo Licitatório 000775/2016, está com vencimento próximo, no dia 28/04/2021, não podendo ser realizado mais aditivos no mesmo, tendo em vista já ter atingido 60 meses, sendo assim se faz necessária a realização de nova contratação de modo que o prédio aqui citado não fique sem o serviço de telefonia fixa comutada e internet.

A contratação se dá em função de os serviços serem de natureza continuada, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições. Cabe observar que a interrupção comprometerá a continuidade de suas atividades e a contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente. Devido à importância desse serviço e no intuito de sempre melhor atender à Universidade Federal de Viçosa – *Campus* Rio Paranaíba, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecer e manter tal serviço.

Com relação a discrepância de valores apresentada entre os orçamentos, cabe pontuar que se deve ao fato das empresas que apresentaram orçamentos oferecerem tecnicamente o mesmo serviço (mesmos padrões de qualidade e características) mas por meios físicos distintos (híbrido entre rádio e fibra óptica e fibra óptica exclusivamente). Cabe reforçar a opção por este modelo mais amplo de aceite de tecnologias distintas com vistas a atrair mais empresas para o certame, aumentando a concorrência e reduzindo, em tese, o valor final da contratação. Contudo admite-se também a possibilidade de onerar a contratação caso a empresa vencedora, finalize o pregão por valor superior ao previamente orçado por ela própria na fase dos estudos preliminares. Caso ocorra sugere-se ao pregoeiro a negociação com a empresa para redução do valor final ao patamar previamente orçado.

2.4. Justificativa para a velocidade do serviço contratado.

2.4.1. As velocidades especificadas têm o objetivo de garantir o atendimento mínimo dos serviços de tecnologia da informação providos pelo Serviço de Tecnologia da Informação – CRP para a unidade CRP-I como internet, telefonia e vídeo monitoramento.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

3.1. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega do serviço é de até 45 dias contados a partir do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA em remessa *única*, no seguinte endereço: MG 230, KM 8 S/N, ZONA RURAL, CEP 38810-000, RIO PARANAÍBA – MG, de segunda a sexta-feira, 08:00 às 17:00.

4.2. O serviço será recebido provisoriamente no prazo de 15 dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidas eventuais pendências ou inconformidades no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. O serviço será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e conformidade do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos;

6.1.2. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os equipamentos e infraestrutura utilizados na execução do objeto que venham apresentar avarias ou defeitos;

6.1.3. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.4. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.5. indicar consultor da empresa para representá-la durante a execução do contrato.

6.2. A empresa Contratada deverá prestar serviços de manutenção e suporte técnico ao serviço contratado, no local de instalação da solução, sem ônus para a Contratante, durante os sete dias da semana, incluindo finais de semana e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia (7x24);

6.3. A empresa Contratada fornecerá à Contratante os meios de contato (telefone, “e-mail”, site web) com vistas a receber os chamados técnicos para prestar os eventuais serviços de suporte;

6.4. A manutenção dos equipamentos fornecidos compreende o atendimento a defeitos decorrentes, fabricação ou desgaste prematuro, envolvendo, obrigatoriamente, a substituição de peças;

6.5. Toda e quaisquer despesas decorrentes da execução dos Serviços de Manutenção e Suporte Técnico aqui descrito, ficarão inteiramente a cargo da Contratada, bem como a responsabilidade dos produtos e/ou seus componentes que estiverem sob sua guarda, arcando com quaisquer danos;

6.5.1. Um chamado somente será considerado contingenciado ou concluído com o aceite da CONTRATANTE;

6.5.2. Solução de Contingência ou de Contorno é uma solução temporária para um problema que não elimina a sua causa raiz. Esta solução restabelece a disponibilidade do ambiente, possibilitando assim a execução plena de suas funções originais, mantendo o mesmo nível de desempenho anterior ao problema;

6.5.3. Para problemas de hardware, a solução definitiva não poderá ultrapassar 2 (dois) dias úteis;

6.5.4. Não será aceito, pela CONTRATANTE, a cobrança de eventuais diferenças vinculadas a questões trabalhistas, tais como férias, horas extras, sobreaviso, etc. Adicionalmente, todos os gastos provenientes de deslocamento, estadia e alimentação, caso sejam necessários, já deverão estar incluídos no preço final da proposta.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega e execução do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado preferencialmente até a data de vencimento da fatura, que deverá ser emitida com no mínimo 20 (vinte) dias corridos de antecedência em relação ao vencimento. A fatura deverá conter a discriminação exata e completa do serviço prestado, período de referência e código de barras para pagamento na própria fatura ou em boleto bancário anexado à mesma. Neste último caso o favorecido deverá ser obrigatoriamente a CONTRATADA.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o

Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o [Índice de Custos de Tecnologia da Informação \(ICTI\)](#), normatizado pela Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

12.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

12.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual

instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS.

13.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 27.800,00 (Vinte e Sete Mil e Oitocentos Reais);

13.2 O valor estimado como referência para o serviço requisitado foi obtido por meio de pesquisas realizadas com dois fornecedores no mercado.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS


14.1 Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação estão consignados no Plano de Trabalho UFV de 2020, (PTRES), 189501 mediante emissão de Nota de Empenho, no Elemento de Despesa: – 339039: Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

15 ADENDOS

15.1 Adendo A – Especificações e Qualificações Técnicas;

Rio Paranaíba, MG, 11 de janeiro 2021.

Diego Queiroz Melo
Analista de Tecnologia da Informação
Matrícula 10950-9/UFV

 Campus Rio Paranaíba	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - <i>CAMPUS</i> RIO PARANAÍBA DIRETORIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ROD. MG 230, KM 08, CAIXA POSTAL 22, CEP: 38810-000 – RIO PARANAÍBA – MG Fone: (34) 3855-9342 – E-mail: sticrp@ufv.br
---	---

ADENDO A – ESPECIFICAÇÕES E QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS

15.1 Características técnicas mínimas exigidas

15.1.1 Pontos a serem interligados:

1. [Rodovia MG 230, KM 08, Zona Rural, CEP: 38810-000, RIO PARANAIBA-MG, sendo este o ponto principal;](#)
2. [Rodovia BR 354, KM 310, Zona Rural, CEP: 38810-000, RIO PARANAIBA-MG, como ponto final da interligação entre os dois endereços.](#)

15.1.2 Latência máxima admitida entre os dois pontos: **40ms**

15.1.3. Meios físicos aceitos para a entrega do serviço: fibra óptica, rádio digital ou híbrido (rádio digital + fibra óptica).

15.1.4. Velocidade do link de **30 Mbps full** (download e upload);

15.1.5. **O serviço de interligação deverá ser do tipo Clear Channel ou Lan2Lan, replicando todas as VLANs de uma unidade administrativa para a outra da UFV/CRP sem o uso de NAT ou a a necessidade de roteamentos por parte da CONTRATANTE.**

15.1.6. Disponibilidade da rede maior ou igual a 99,5%;

15.1.7. Serviço com conexão permanente 24 horas por dia, 07 dias por semana e custo mensal fixo, independentemente do tempo de utilização;

15.1.8. Fornecimento dos meios de transmissão e dos equipamentos necessários à sua prestação em regime de COMODATO;

15.1.9. Conexões compatíveis com placas Ethernet padrão 10 base T;

15.1.10 Suporte para solução de problemas por email, telefone e/ou Whatsapp, serviço gratuito do tipo 0800 help-desk, funcionando 24 horas por dia, 07 dias por semana para abertura de chamado técnico, além de atendimento por consultor, quando necessário;

15.1.11. O prazo máximo para solução dos problemas, objeto do chamado técnico, deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas;

15.1.12. Eventuais interrupções dos serviços deverão ser informadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

15.1.13. Atendimento a reparos conforme estabelecido pela ANATEL;

15.1.14. A qualidade do circuito de acesso Universidade Federal de Viçosa, deverá estar dentro das recomendações da ITU-T;

15.1.15. O sinal não poderá sofrer em nenhum momento qualquer tipo de controle, bloqueio ou degradação que venha interferir ou prejudicar qualquer serviço sobre o protocolo TCP/IP;

15.1.16. A empresa prestadora de serviços deverá prestar serviço de manutenção do sistema, incluindo manutenção preventiva e corretiva da rede implantada, através de equipe técnica especializada.

15 2. Qualificação Técnica

15.2.1. Apresentar pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha prestado ou que esteja prestando, satisfatoriamente, serviços compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação.

15.2.2. A CONTRATADA deverá possuir e comprovar licenciamento do tipo Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Rio Paranaíba, MG, 11 de janeiro de 2021.